



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

MANUAL DE SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

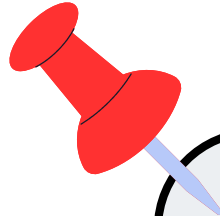


Guia prático para os órgãos da UFC
Segurança Jurídica e Eficiência

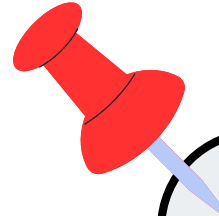


A Missão da Procuradoria

Segurança Jurídica com Eficiência Administrativa.



A PFUFC atua como parceira estratégica do gestor universitário. Nosso objetivo é viabilizar as políticas públicas da UFC com total resguardo legal.



Princípio Básico: Uma análise jurídica rápida e precisa depende integralmente de um processo bem instruído na origem.

CONSULTA JURÍDICA

Complexidade: Média/Alta (Análise mais longa e detalhada dos processos).

Encaminhamento: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFC ou Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS.

Resultado: Parecer Jurídico.

ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Complexidade: Baixa/Média (Dúvidas pontuais, fases iniciais de projetos).

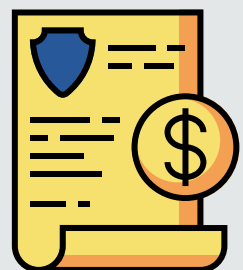
Encaminhamento: Reunião presencial/videoconferência, e-mail, telefone, Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFC ou Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS.

Resultado: Nota, orientação oral ou resposta rápida.

MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS



Editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres



Contratos e seus termos aditivos



Atos de dispensa e inexigibilidade de licitação



Convênios, instrumentos congêneres e seus termos aditivos



Termos de ajustamento de conduta, de compromisso e congêneres



Limites de atuação da PF/UFC



Dentro do Escopo

(Análise Estritamente Jurídica)

- Legalidade e Constitucionalidade dos atos.
- Conformidade com a legislação vigente.
- Interpretação de normas jurídicas.



Fora do Escopo

(Competência Exclusiva do Gestor)

- Mérito administrativo (Conveniência e Oportunidade).
- Questões puramente técnicas (Cálculos financeiros, engenharia, TI).
- Instrução processual (A PF/UFC não junta documentos de rotina).
- Tomada de decisão ou substituição do gestor.

Legitimidade e Admissibilidade

(Quem pode encaminhar pedido de consulta jurídica ou solicitação de assessoramento jurídico à Procuradoria Federal)

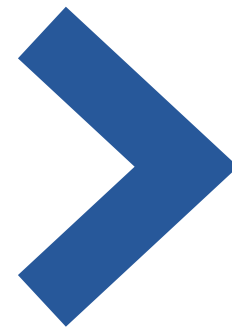
- o(a) Reitor(a) da UFC;
- o(a) Vice-Reitor(a) da UFC;
- o(a) Diretor(a) de unidade acadêmica, o(a) Chefe de Gabinete ou os Assessores Especiais da Reitoria da UFC ou do Conselho Diretor da UFC, nestes casos de ordem do Reitor ou Presidente do Conselho Diretor em exercício;
- os(as) Pró-Reitores(as) da UFC, vedada a delegação de competência;
- os integrantes das Comissões de Licitação, Pregoeiros e Assessores Especiais nos termos do Art. 24, inciso V, da PORTARIA NORMATIVA CONJUNTA No 01/2025-UFC/PFUFC.

Ineficiência Processual

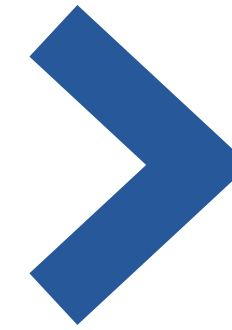
Como um processo acaba devolvido?



Instrução parcial
ou insuficiente

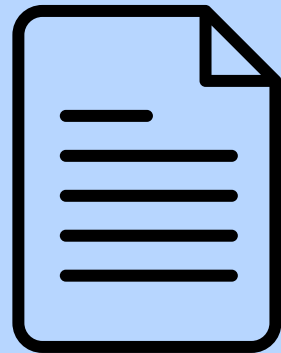


Devolução imediata sem
análise de mérito



Retrabalho e atraso
no cronograma

Os 4 Pilares da Instrução Processual



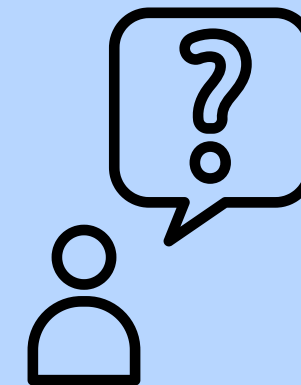
Nota Técnica / Despacho

Posicionamento técnico, formal e conclusivo do órgão consulente.



Base Legal

Indicação exata de leis, decretos, portarias e normativos aplicáveis.



Dúvida Jurídica

Descrição clara da controvérsia (incluindo opiniões divergentes, se houver).



Documentação Probatória

Atas, resoluções, contratos e anexos que formam o histórico do caso.

A Anatomia da Solicitação Perfeita

Estrutura obrigatória do corpo do documento no SEI:

I- Relato dos Fatos

Descrição detalhada, objetiva e cronológica do histórico processual.

II - Fundamentação

A exposição do entendimento técnico do órgão e a base legal aplicada.

III - Quesitos de Consulta

O "coração" da solicitação. Perguntas numeradas e diretas.



A regra de ouro dos “Quesitos”

A PFUFC não realiza "análise genérica" de processos. O parecer é focado nas perguntas que o gestor formula. Assim, é importante que as perguntas sejam bem elaboradas.



Como formular:

Perguntas específicas, objetivas, numeradas e focadas no ponto exato de dúvida jurídica.

Ex: "A cláusula X fere o artigo Y da Lei Z?"



Como NÃO formular:

Pedidos ou perguntas genéricas, ou transferências de responsabilidade.

Ex: "Solicito análise deste processo para dizer se está tudo certo."

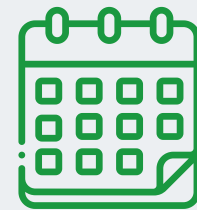
Linha do Tempo da Análise

Marco Zero



O processo só caminha com a instrução completa.
(Processos mal instruídos atrasam o cronograma).

Via Regular:
12 dias corridos



Prazo padrão para a emissão da manifestação jurídica após a recepção no SEI.

Via de Urgência:
Prazo a ser fixado pelo Procurador-Chefe



Exige solicitação expressa e justificativa dada pela administração, bem como aprovação pelo Procurador-Chefe.

Demais Casos:
30 dias corridos



Demais casos não especificados no Art. 60 da PORTARIA NORMATIVA CONJUNTA No 01/2025-UFC/PFUFC.

Checklist Final do Gestor

Antes de enviar no SEI, verifique:

- A dúvida é estritamente jurídica (e não de mérito/técnica)?
- O processo inclui Nota Técnica com o posicionamento do seu setor?
- O Ofício está estruturado em Fatos, Fundamentação e Quesitos?
- As perguntas formuladas (Quesitos) são objetivas e numeradas?
- O envio respeita o fluxo de admissibilidade?

A observância destas regras transforma a burocracia em segurança jurídica garantida para sua gestão.



Acreditamos que uma universidade pública forte também se constrói com governança jurídica, diálogo institucional e cooperação entre gestão de advocacia pública. Em razão disso, a atuação institucional conjunta entre UFC e AGU, em favor da legalidade e da eficiência administrativa, é o caminho da viabilização segura das políticas públicas universitárias.
